

MEMÓRIAS AO LONGO DE UMA VIDA.
PESSOAS, FACTOS, IDEIAS

Luís Cabral de Moncada, Lisboa, Verbo, 1992, X+271 págs.

Por Dr. Fernando Araújo

Mais de 18 anos depois de concluídas, eis finalmente publicadas as *Memórias* de Cabral de Moncada: o interesse pela respectiva leitura será inevitável em todos os que reconheçam no autor o velho mestre da academia coimbrã, ou mais ainda o principal responsável pela reabilitação da disciplina de Filosofia do Direito em Portugal. E — pergunta-se — não será de esperar igual interesse em todos aqueles que, em obras como esta, queiram descobrir as luminosas intermitências do passado por entre o vasto mar do esquecimento?

Suspeitar-se-ia, da obra, que o alçar-se desse interlúdio letárgico em que levedou a deixaria irremediavelmente datada, insusceptível de tradução para contextos culturais diversos, desprovidos de denominadores comuns com os horizontes vitais em que o autor se moveu — um pouco como na lenda bretã do monte que adormeceu cem anos (referida por Moncada na pág. 243), ou como, mais comedidamente, na conhecida história de Rip Van Winkle, que adormeceu súbdito de Jorge III e acordou, 20 anos depois, cidadão dos Estados Unidos (1).

(1) A história, assente na lenda alemã de Peter Klaus, foi imortalizada por Washington Irving no *Sketch Book of Geoffrey Grayon, Gent* (1819).

Nada disso sucede, porém: o autor paga o seu tributo à mãe das musas numa linguagem de relativa intemporalidade, subindo às esferas da serena limpidez das ideias sempre que a narrativa o consente, e retendo das paixões mundanaís o «*quantum satis*» para sublinhar delas a sua universalidade, o seu carácter exemplar. Nada fica dependente da prévia intuição do seu contexto originário; quase nada e perde, estes anos volvidos.

Não se procure, porém, nestas *Memórias* a auto-glorificação do autor, envolta num qualquer rol de virtudes próprias ou em recriminações às misérias alheias; nem se busque nelas uma involuntária «*danse macabre*», o sinal fatídico da decadência, o último e impotente fôlego retrospectivo de uma vida esgotada.

Quanto ao estilo, também não se espere, de Moncada, que se arvore em Saint-Simon da «corte coimbrã», ou que se embrenhe nas profundidades de um Chateaubriand: sublinhe-se, tão somente, que a descarnada adopção de um qualquer figurino estético ou torneado de estilo são prudentemente abandonados em favor de um lúcida autenticidade.

Note-se, muito particularmente, que as *Memórias* não pretendem referir-se à obra do seu autor, e menos ainda consistir num resumo panorâmico dos seus livros publicados em vida, já que estes falam por si, tornaram-se — diria ele — «espírito objectivo»: a visão que aquelas dão do que foram as motivações intelectuais de uma vida inteira tinha que ser forçosamente truncada e lacunar; tinha que ser, por muita habilidade que Moncada haja posto na colocação de «*pastiches*» do seu próprio estilo filosófico como pequenos arabescos da narrativa, uma reconstrução subjectiva de um «mau juiz de si mesmo».

Em contrapartida, não ficará por saciar a curiosidade dos que buscam, nessas efemérides, o lado humano, a confissão, a descoberta das pequenas misérias que, no dito de George Sand, destroem os grandes homens aos olhos dos seus «valets de chambre». Aí, pode mesmo dizer-se que para o leitor atento algumas surpresas podem estar reservadas: sobretudo as que resultam da irónica irreverência com que Moncada, retrospectivamente, sacode fantasmas do passado, como por exemplo faz com as marcas opressivas do «totalitarismo *intelectual e moral*» dos jesuítas que alega terem marcado a sua juventude (págs. 33, 43, 49); ou as que resul-

tam da candura com que aborda as suas sucessivas e fundas crises de religião.

O autor não se inibe de expôr-se a alegações de inconsistência, reconhecendo que a sua peregrinação espiritual não foi, nem o desenrolar de uma qualquer trama subjacente, nem a perpétua reiteração de certezas precocemente adquiridas, antes foi uma longa ascensão para a lucidez, toda pontuada de «*congénitas e complexas contradições ideológicas*» (pág. 184), de muitos impasses elativistas, de uma ou outra «*traição de cleric*» (pág. 183). Não esconde, sequer, a amplitude das oscilações sentidas na sua evolução filosófica: que os seus primeiros passos são os de um positivista, sob o duplo ascendente do sociologismo de Icilio Vanni (pág. 59) e do maurrassiano «*politique d'abord*»; que é já em plena maturidade intelectual que se dá a sua conversão à filosofia kantiana, primeiro por força do seu embate com António Sérgio (págs. 149-150, 171) ⁽²⁾, e depois por via dos seus contactos internacionais, conduzindo-o só então a uma verdadeira interrogação filosófica sobre o «*quid ius*» ⁽³⁾; e que é finalmente apenas nos últimos anos de docência que abandona o exclusivo ascendente kantiano, em favor de um mitigado neo-hegelianismo inspirado na evolução filosófica de Nicolai Hartmann (págs. 201-202) ⁽⁴⁾.

⁽²⁾ É muito reveladora, a esse propósito, a carta de Moncada a António Sérgio, datada de 12 de Novembro de 1938, e transcrita no *Diário Popular*, de 4 de Maio de 1990.

⁽³⁾ Devem, por isso, entender-se como anacrónicas as referências a anteriores inquietações filosóficas do mesmo teor, como a que consta da pág. 69; cfr. 170-171.

⁽⁴⁾ Dizemos mitigado, não só porque se multiplicam na obra de Moncada referências desprimorosas para Hegel (veja-se, por exemplo, a referência no Vol. I, 297, da 2.ª edição da *Filosofia do Direito e do Estado* [Coimbra, Arménio Amado, 1955], na qual Hegel é designado como «*espécie de gnóstico do século II da nossa era, prestes a transformar-se num adivinho ou num bruxo*»), mas ainda porque acontece subverter-se inteiramente alguns dos conceitos-chave da filosofia hegeliana: é, por exemplo, o que ocorre na pág. 248 das *Memórias*, nas quais se usa a imagem do «mocho de Minerva» para dá-la como arauto de um mundo melhor, quando do que se tratava, em Hegel, era precisamente do inverso, de reconhecer que a filosofia não tinha por missão consolar-nos deste mundo ou anunciar-nos um mundo melhor, mas antes revelar-nos o mundo *como é*, denunciando-lhe a imanente e irresistível racionalidade histórica, a qual só pode ser percebida *ex post facto*, ou seja, no momento crepuscular em que a sabedoria desperta e levanta vôo para contemplar uma inteligibilidade em cuja edificação não participou (ver a correcta interpretação da imagem do «mocho de Minerva» no vol. II, pág. 82, da *Filosofia*

E permanece até ao fim, qual «*anima naturaliter pagana*», evidenciando em simultâneo, no âmago do seu próprio sentido de dignidade pessoal, a indulgência de um céptico, a equanimidade de um epicurista, a resignação de um estóico; mostrando (sem o dizer), que um tão variegado panorama é fruto da contingência da vida, das aceitações e compromissos que dela decorrem, e que verdadeiramente só há uma identidade pessoal intangível e permanente antes, ou depois, de se viver.

Mas é precisamente essa inconsistência do pensamento de Moncada que o torna tão profundo e interessante, sobretudo se contrastado com um ambiente cultural limitado, imóvel e misoneísta como aquele que o rodeava (págs. 218-220), prenhe de «verdades feitas» (pág. 47), arrogante e satisfeito, intolerante, refractário a toda a crítica e por isso perenemente frágil perante as investidas dogmáticas da religião e das ideologias; um ambiente no qual a congruência era garantida pelo facto elementar de quase nada se aprender, e tudo se perpetuar sob formas rituais. Moncada não poupa críticas a tal estado de coisas, partindo como partia da posição combativa de um inovador-renovador dentro de uma área intelectual deserta: e não pode deixar de sentir-se que é esse o propósito que subjaz às críticas que lança aos desvarios dogmáticos do Integralismo (págs. 109-111), à alegada exacerbação do ritual em detrimento da espiritualidade no cristianismo (pág. 42) ⁽⁵⁾, ou ao «endeusamento» e à vaidade dos lentes seus contemporâneos (págs. 61, 207-208). Há, mal disfarçada por detrás das ironias, uma amargura que denota revolta latente, a de um «*outsider*» que busca no reconhecimento do leitor a cumplicidade e o conforto que os seus circunstantes lhe negam; fazendo-o talvez — quem sabe? — com a mesma intensidade e pelas mesmas razões com que em criança perseguia o amor dos seus pais.

Mais perturbadores, contudo, são as inconsistências resultantes da sua patente germanofilia (ou anglofobia, pág. 15), de raízes

do *Direito e do Estado* [Coimbra, Atlântida Editora, 1966]). Aliás, o próprio autor exprime, na pág. 249 das *Memórias*, a sua falta de «convicção hegeliana».

(⁵) É o apelo a uma religiosidade mais espiritual, e menos intolerante e disciplinadora, que parece mover o autor a aplaudir o concílio Vaticano II (págs. 221 segs.)

remotas no pan-germanismo «*fin-de-siècle*», e que o levarão mais tarde a abraçar ainda que com manifestas, mas poucas, reservas — a causa do nazismo. A propósito, custa a entender que Moncada, depois de expurgar no vol. I dos *Estudos de História do Direito* (Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1948) as passagens racistas da sua conferência de 1 de Dezembro de 1927, precisamente aquelas que tinham desencadeado a violenta contenda com Nemésio e com Sérgio ⁽⁶⁾, venha agora nas *Memórias* (págs. 146-147) tentar adulterar o próprio episódio, sugerindo que foram somente as alusões à Maçonaria que suscitaram polémica. Como custa a perceber que o tradutor de Radbruch, o admirador de Huizinga, o crítico do radicalismo hitleriano em nome de valores cristãos e neo-kantianos, fosse tão aberta e despreocupadamente «*campagnon de route*» dos mais representativos ideólogos e juristas nazis. Como custa a aceitar que qualquer amizade por Hans Frank, por mais forte que ela fosse, possa permitir que se apresente o «carrasco da Polónia» simplesmente como «*o malogrado réu da “câmara-ardente” de Nuremberga*» (pág. 195). Ou ainda que, tantos anos volvidos, Moncada venha sugerir que a derrota militar alemã decorreu do facto casual de uma alegada loucura de Hitler, e nada mais (pág. 199).

Que dizer destas «reconstruções», destes silêncios? Talvez sejam a busca retrospectiva de uma moralidade incondicionada, tão forte nas suas exigências que cria para si mesma as condições da sua frustração; ou talvez seja apenas o consabido facto de a passagem do tempo subverter só por si a natureza das recordações, impedindo-nos de as identificar como tais: ou porque ficam latentes e misteriosas, ou porque se casam com a satisfação imaginada de desejos frustrados, ou porque se convertem em hábitos e alicerces da inteligibilidade do presente («rectificando» o passado para que o presente seja mais justificável, menos angustiante).

Mas regressemos ao autor que, do alto da lucidez dos seus 83 anos, decantada a lia das paixões mundanais, empreendeu

(6) Ver nota da pág. 189, *op. cit.*. Moncada aludira ao «*odio e odioso espírito judaico, o inimigo nato de todas as práticas*», como consta da versão integral d conferência em «1640... Restauração do Pensamento Político Português», *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, 10 (1926/28), pág. 475.

relatar-nos o curso da sua vida (mais do que a evolução da sua obra, presumindo, como vimos, que esta falaria por si): a visão que adopta é a de um sereno e desencantado racionalista, a de um Coriolano, de um «*promeneur solitaire*» nas margens do Mondego (págs. 215-217), fugindo inconformado de algumas solicitações da «inautenticidade» coeva (págs. 227-228) ⁽⁷⁾, e até de uma Coimbra estridente, e adulterada em «*Babilónia de opereta*» (pág. 239), para se refugiar no seu individualismo emotivo, a um tempo elegante e cavalheiresco, mas também alegre e fantasista.

Para Moncada, é uma e a mesma a motivação que o impede à busca de um heideggeriano «existir autêntico» (págs. 165, 209) e o força à recriação, na paisagem do subjectivo «tempo-duração» (págs. 41, 224), das imagens do tempo perdedido; mas não se confinando aos valores de um simples devaneio melancólico, antes procurando, por meio da ficção racionalista do «espectador absoluto» ⁽⁸⁾, reavaliar, ponderar, justificar a própria imagem de si mesmo (o que é especialmente visível nalguns silêncios intencionais), para no fim alcançar a objectivação libertadora dessas reflexões, uma exposição lúcida que valha como terapêutica, como alívio contra a obsessão de ideias por comunicar.

Afinal, tratar-se-á de, por um artifício de sentido inverso àquele que nos faz passar a vida envergando máscaras convencionais, forçar a ressurgir do seu esconderijo um contexto de significações mais simples, para descobrir, por detrás da imaterialidade esterilizada dos nossos hábitos de pensamento, uma única e transparente verdade material, uma autenticidade que fora apenas propiciada pela infância, e com ela se perdera: não passará despercebida a intensidade poética com que o pensamento do autor se volve para esse passado distante. Um artifício limitado, pois o reflexo em palavras de dias, coisas e nomes passados não tem o

⁽⁷⁾ Especialmente insistentes são as suas observações sobre a alienação das massas em torno do futebol: págs. 38-39, 230, 246.

⁽⁸⁾ É nesses termos que Moncada fala em «écran das *minhas recordações pessoais*» (pág. 158), sublinha que «*toda a observação do mundo é necessariamente egocêntrica*» (pág. 220), ou até se identifica como «*simples espectador, ultrapassado no tempo*» (pág. 237).

dom de os recobrar, apenas aponta para eles, para o plano inarticulado e pré-racional em que misteriosamente perduram.

Mas porquê esse desejo de um saldo final que seja apaziguador, se ele é reconditamente perverso — pois é uma espécie de antecipação neurótica do quiliasmo, é um desejo de morte, de «mumificação espiritual», quando ainda o presente nos tiraniza, nos submete à contingência, reclama até ao último transe a nossa existência interior —? Trata-se, afinal, de um desejo de transcendência e depuração: o de colocar os frutos dessa existência num plano intemporal no qual, se não é possível mesmo assim rectificá-los ou anulá-los, ao menos nos é dado conferir-lhes um sentido global. As *Memórias* são, desse modo, a pequena redenção que um autor pode antecipar para si; talvez por isso é que lê-las induz alguma cumplicidade póstuma com os factores universais desse reduto de moralidade que visa encher de sentido a vida — talvez para diminuir a morte —.

Por isso também as *Memórias* dão, do passado, uma dimensão que a experiência dele não teve, aditando-lhe a intemporalidade da persistência da memória, colorindo as coisas instantaneamente semi-esquecidas — e por isso perenemente semi-recordadas — com uma tonalidade identificadora que a variedade coeva não consente. Mas esse mesmo acto de consumação (que é intencional) é que, em larga medida, inutiliza as *Memórias*, as converte numa pintura de «*vanitas*», sublinha e anula o desejo e o talento que animaram o espírito vivo do autor, que o levaram a pôr a nú, pela via redutora das palavras, os recantos da sua alma: e é assim que essas reminiscências, ao contrário da vida que referem e que fingem reiterar, estão inteiramente à mercê do espírito que as convoca ou que as ignora, e que as usa como sucedâneos daqueles dias, coisas e nomes que não regressam jamais.